



ENTREVISTA MARIA INÊS PAGLIARINI COX

Por Dánie Marcelo de Jesus

Professora Maria Inês, inicialmente, a senhora poderia comentar sobre seu percurso acadêmico na Universidade Federal de Mato Grosso?

Bem, minha história na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) começou em março de 1978. Eu era uma jovencinha de 23 anos, que havia acabado de entregar a dissertação de mestrado para a defesa na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Não tinha vínculo com nenhuma instituição, era uma quase-mestra desempregada. Por sugestão da Antonina Coelho, colega de mestrado que era de Cuiabá, entrei em contato com a chefe do Departamento de Letras da UFMT. Ela me disse que o departamento estava precisando de professores, pois muitos haviam saído para capacitação pelo Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) recém-implantado pela CAPES. Havia vagas para a contratação de professores em caráter temporário. Depois de uma conversa por telefone com a chefe de Departamento, vim de vez para Cuiabá.

Estou aqui há 36 anos, tenho uma filha cuiabana e amo essa terra quente em todos os sentidos. O Paraná faz parte do passado. Quando cheguei, fui contratada como horista por vários anos. O contrato de horista, equivalente ao de substituto, era renovado a cada seis meses. Foram tantas as recontrações que tenho três carteiras de trabalho cheias. Porém, com a implantação do Regime Jurídico Único, na década de 1980, passei a fazer parte do quadro regular de docentes da UFMT. Fiz concurso para titular, muito mais tarde, mas não para ingresso na carreira do magistério superior. Na época, o concurso para ingresso não era obrigatório.

Nesses 36 anos de UFMT, passei praticamente por todas as disciplinas do curso de Letras – Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica, Linguística I e



Linguística II, Sociolinguística, Linguística Textual, Prática de Ensino de Língua Portuguesa. Minha companheira inseparável foi sempre a Fonologia, pois raramente um colega se manifestava para assumir essa disciplina. Depois de anos trabalhando com a micro e a macro linguística, me sinto uma linguista geral, não sou especialista em nada.

Além de disciplinas do curso de Letras, eu lecionava também, desde o início, Língua Portuguesa no Primeiro Ciclo de Estudos ou Ciclo Básico (CB). Essa disciplina era vista como a solução para todos os problemas de leitura e escrita dos alunos que ingressavam no ensino superior. Todos os estudantes da UFMT passavam pelo CB naquela época, mas, aos poucos, ele foi sendo implodido e hoje não resta sequer sua sombra na estrutura curricular dos cursos. A formação pragmática e especializada abocanhou todo o espaço destinado à formação geral e humanista que havia na universidade: língua, filosofia, sociologia, metodologia da pesquisa, dentre outras disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, desapareceram dos currículos.

O grupo de professores que ministrava Língua Portuguesa no Primeiro Ciclo era numeroso e heterogêneo. Havia mestres recém-retornados de cursos de Letras e Linguística, especialistas e graduados em Letras com algum ou nenhum conhecimento em Linguística e até mesmo advogados amantes do beletismo. Com esse perfil heterogêneo, o grupo era palco de muitos conflitos. Não havia acordo entre nós sobre o que significava trabalhar a leitura e a produção de textos com aquele público-alvo. No geral, a disciplina vinha sendo trabalhada como um momento de revisão das normas gramaticais. Entendia-se, comumente, que o problema dos textos dos universitários restringia-se ao domínio das normas de ortografia, pontuação, concordância verbal e nominal, colocação pronominal etc.

Porém, nem todos os professores do grupo estavam de acordo com esse diagnóstico. Viam nos textos dos alunos mais do que problemas ortográficos e gramaticais; viam períodos desestruturados, falta de coerência e coesão, fragilidade argumentativa, circularidade e não progressão textual, reprodução de estereótipos e lugares-comuns, ausência de criticidade e outros mais que a

mera revisão de normas gramaticais e ortográficas não daria conta de sanar. Um texto acadêmico bem escrito não era apenas um texto que obedecia às regras da norma culta padrão e às convenções da ortografia, era um texto globalmente coerente, crítico, coeso em todos os níveis, com argumentação consistente, progressão vertical e adequação formal.

Embora o grupo dos descontentes anteviesse o que desejava, sentia-se despreparado teórico-metodologicamente para levar adiante o projeto de dar outra cara à disciplina de Língua Portuguesa do CB. Com exceção de uma professora, Joana D’Arc de Paula Macedo, que havia feito uma dissertação sobre os mecanismos de coesão textual entre orações e períodos, os demais, eu inclusive, vinham de uma linguística do núcleo duro da língua que não tinha, àquela altura, nada a dizer sobre como lidar com leitura e a produção de textos na escola básica e na universidade.

Desejando ir além das normas gramaticais e convenções ortográficas, começamos a buscar experiências de trabalho com o texto acadêmico em outras universidades do país. Nessa busca, descobrimos um grupo de professores da UNICAMP que vinha estudando e publicando o resultado de suas pesquisas sobre as redações no vestibular e na universidade, inspirados na Linguística Textual e na Análise de Discurso. Fizemos contato com o grupo que concordou em vir a Cuiabá para nos assessorar na elaboração de uma proposta de trabalho com a leitura e a produção de textos no CB. A assessoria aconteceu nos dois primeiros anos da década de 1980 e tivemos possibilidade de dialogar com Haquira Osakabe, Eni Orlandi, Sírio Possenti, Wanderley Geraldi, Alcir Pécora, Eduardo Guimarães, Cláudia Lemos e Marisa Lajolo, nem todos da área de Análise de Discurso, mas todos com algo a nos dizer sobre a leitura e a produção de texto.

Ao final de dois anos de trabalho, em 1982, tínhamos formalizada uma proposta para a disciplina de Língua Portuguesa do CB da UFMT que nomeamos como: “Linguagem como atividade dialógica: uma experiência de ensino na universidade”. Logicamente ela não foi uma unanimidade entre os professores de Língua Portuguesa do CB, muitos continuaram no caminho da



tradição gramatical. Mas a mudança de paradigma logo transcendeu os muros da universidade e o grupo começou a ser convidado para discutir a chamada crise da escrita instalada em todos os níveis de ensino, desde que o acesso à escola passara pelo processo de democratização. Até hoje professores do grupo, como a professora Irene Baleroni Cajal, por exemplo, continuam a ser lembrados/requisitados quando a questão da vez é o letramento e o ensino de língua portuguesa.

Em meados da década de 1980, eu e várias colegas do grupo afastamos-nos da sala de aula para realizar o doutorado. Envolvidas com a questão da leitura e produção de textos, buscamos universidades e/ou programas onde pudessemos continuar estudando a Análise de Discurso e a Linguística Textual. Nossos doutorados duraram até o final da década de 1980 e, quando retornamos, pouca coisa restava do CB, mas as demandas dos setores da educação pública estavam em alta. Continuamos a ser chamadas para discutir os princípios de um novo paradigma de ensino de línguas que estava em discussão no país e que foi oficializado, no final da década de 1990, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Nos anos noventa, a UFMT ensaiava os primeiros passos em direção ao nível de pós-graduação *stricto sensu* e queríamos participar bem de perto dessa nova fase da Instituição. Contudo, nessa época éramos poucos doutores no departamento de Letras, o que inviabilizava a proposição de um programa próprio. Então, surgiu a oportunidade de criarmos uma linha de pesquisa junto ao Programa de Pós-graduação em Educação, o primeiro em funcionamento na UFMT. Não seria difícil para nós criarmos algo que pudesse ser abrigado sob a rubrica da Educação, pois nossa formação em nível de doutorado havia nos iniciado e preparado para a construção da ponte entre a linguagem e a educação. Propusemos a linha “Linguagem, Educação e Sociedade”, envolvendo seis doutores dos *Campi* de Cuiabá, Rondonópolis e Barra do Garças. Sua oficialização ocorreu em 1993, assim como a seleção dos primeiros mestrados. As primeiras defesas aconteceram no início de 1995. Estivemos no Programa de Pós-graduação em Educação por 10 anos.



Em 2003, encerramos nossa participação no Programa de Pós-graduação em Educação, uma vez que, no finalzinho de 2002, a proposta de Mestrado em Estudos de Linguagem, foi aprovada pela CAPES. Trata-se de um Mestrado em Letras, com duas áreas de concentração: Estudos Linguísticos e Estudos Literários. Pertencço à área de Estudos Linguísticos, constituída por três linhas de pesquisa: “História e Descrição do Português”, “Paradigmas de Ensino de Línguas” e “Práticas Textuais e Discursivas: Múltiplas Abordagens”, essa última meu sítio de produção acadêmica.

Haveria ainda muita coisa a dizer sobre a minha história na UFMT, uma história que não vivi/escrevi sozinha (daí a alternância, no relato anterior, entre o *nós* inclusivo e o *eu*), mas vou ficando por aqui, mesmo porque, com o tempo, a memória embaça...

De um modo geral, como você percebe o desenvolvimento da pesquisa em Linguística no Estado de Mato Grosso?

Até quase o final da década de 1970, apenas a UFMT formava professores na área de Letras. Contudo, em 1978, foi criado o Instituto de Ensino Superior de Cáceres, transformado, em 1985, na Fundação Centro Universitário de Cáceres (FUCUC), vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. Em 1993, a Fundação foi transformada na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Para levar ensino universitário a todos os mato-grossenses, a despeito da gigantesca extensão territorial do Estado, a UNEMAT se define, desde sua implantação, como uma estrutura multi-campi. Praticamente em todos os seus *campi*, a UNEMAT oferece cursos de formação de professores, incluindo sempre a habilitação em Letras. Assim, junto com a difusão dos cursos de Letras pelo Estado, se difundiram os estudos linguísticos. Além disso, desde o final da década de 1980 e começo da década de 1990, muitas faculdades e centros universitários particulares foram criados e/ou instalados em Cuiabá e outros municípios



mato-grossenses, e eles também colaboraram na formação de professores da área de Letras.

A UNEMAT, além dos cursos regulares na sede e em alguns *campi*, ofereceu a licenciatura parcelada em muitos municípios do Estado. A licenciatura parcelada, que poderia ser sinônimo de formação linguística precária, se destacou como um sítio de formação consistente nessa área. Como não tinha um quadro docente próprio, essa modalidade de curso de licenciatura contava com a participação de professores convidados de outras instituições. A formação em linguística foi realizada, em grande parte, por professores da UNICAMP. E o diálogo com a UNICAMP, iniciado com as parceladas, resultou, primeiro, num Mestrado Interinstitucional em Linguística (1998-2000) e, depois, num Doutorado Interinstitucional (2007 – 2012). Por meio do MINTER e do DINTER, muitos alunos das parceladas e também dos cursos regulares se tornaram mestres e doutores em Linguística e hoje são professores e pesquisadores nos diversos campi da UNEMAT e em outras Instituições de Ensino Superior do Estado.

Nas décadas de 2000 e 2010, começaram a surgir os Programas de Mestrado em Letras e Linguística no Estado. Primeiro foi o da UFMT e depois os da UNEMAT, nos *campi* de Cáceres, Tangará da Serra e Sinop. É por meio dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* que a pesquisa começa a se desenvolver e a mostrar sua cara, uma vez que, hoje, os programas de mestrado e doutorado se estruturam em linhas de pesquisa. Eu diria até que seu lema é: pesquise, publique ou pereça. Embora os programas tenham várias linhas de pesquisa nem todas se desenvolvem com a mesma intensidade. Por exemplo, no Mestrado em Estudos de Linguagem da UFMT, a linha mais forte é a de “Paradigmas de Ensino de Línguas”, com muitas pesquisas voltadas para o letramento, as crenças de professores, a pedagogia crítica etc. Nesse Programa, também a linha “História e Descrição do Português Brasileiro” vem se destacando na pesquisa filológica de manuscritos mato-grossenses. Já no Mestrado em Linguística da UNEMAT-Cáceres, a linha de pesquisa que se sobressai é a de “Análise de Discurso”, um provável reflexo do diálogo estreito

com a UNICAMP que é considerado um centro de excelência nessa área. Com um corpo de professores maciçamente formado pelo Programa de Linguística da UNICAMP, a UNEMAT certamente é hoje o maior centro de Análise de Discurso em Mato Grosso.

Apesar de a pesquisa em Linguística ter se expandido enormemente no Estado, nas últimas duas décadas, ainda temos algumas dívidas históricas a serem saldadas, como é o caso da pesquisa de línguas indígenas. Levantamentos censitários mostram que residem em Mato Grosso mais de 28 mil índios de 38 etnias diferentes. É um dos estados brasileiros com o maior número de etnias. Mesmo confrontados com essa diversidade, linguistas mato-grossenses não têm se interessado pelo estudo das línguas faladas por esses povos, o que é lamentável, pois é uma corrida contra o tempo. Até quando teremos falantes dessas línguas para que elas possam ser descritas? Sendo, na sua maioria, línguas ágrafas, elas vão desaparecer sem deixar vestígio. Também a pesquisa sociolinguística e dialetológica não tem se desenvolvido como deveria no Estado: o chamado falar cuiabano que é uma variedade bastante singular da Língua Portuguesa teve, até agora, apenas alguns traços fonético-fonológicos descritos. Também esquecidas estão as comunidades de falantes quilombolas.

Enfim, eu diria que as pesquisas em Linguística Aplicada ao ensino de línguas e em Análise de Discurso têm se deslanchado no Estado, mas, nos outros domínios da linguística, elas são inexpressivas. Há, ainda, muitos fenômenos linguísticos à espera de linguistas que queiram estudá-los...

Quais impactos possíveis dessas pesquisas para formação de professor?

Essa é uma questão que muito me preocupa. Apesar de os cursos de Letras terem se multiplicado no Estado, os resultados do IDEB da escola básica de Mato Grosso estão aquém do desejável. Vem, sim, melhorando, mas lentamente. Penso que é chegado o momento do salto de qualidade da escola pública. O acesso à escola pública foi franqueado a todos – crianças, jovens e



adultos. Mas não basta colocar todo mundo na escola, é preciso que todos permaneçam na escola até a conclusão do ensino médio e tenham uma escola de qualidade, pois só assim teremos chance de superar, sem medidas paternalistas, as desigualdades sociais que fazem do Brasil um dos países mais injusto na distribuição de renda.

Fico descrente quando vejo propostas governamentais de redução do número de horas dos currículos dos cursos de licenciatura, para que eles caibam no espaço-tempo de três anos e não de quatro, como acontece hoje. Em universidades privadas, licenciaturas de três anos já foram implantadas há muito tempo. Se quatro anos já é muito pouco tempo para formarmos decentemente nossos professores, imagina então três anos? Com três anos eles saem informados e não formados. A licenciatura em Letras mesmo, para ganhar densidade, precisaria ser feita em, no mínimo, cinco anos. Se pensarmos na expansão da linguística nos últimos 50 anos e na relevância de o futuro professor de língua materna ou estrangeira dominar efetivamente conhecimentos produzidos em áreas como: sociolinguística, psicolinguística, linguística aplicada, linguística textual, análise de discurso dentre outras, isso sem contar na grande área de literatura, somos instigados a defender a proposta de cinco anos para a habilitação em Letras e, mais, de habilitação única e não dupla como normalmente se faz hoje.

No final da década de 1990, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, vulgo PCNs, oficializou um novo currículo para o ensino fundamental e médio, que, apesar de consistente e coerente com o que vinha sendo pensado sobre o trabalho com a língua(gem) na escola, não tem saído do papel porque não encontra professores adequadamente formados para colocar a proposta em prática. Algo semelhante vem também acontecendo com os livros didáticos avaliados e selecionados pelas equipes do PNLD. Nas mãos de professores despreparados, eles são sub-usados ou mesmo postos de lado por completo (foi o que descobri conversando com professores de língua estrangeira).

Via de regra, os jovens (ou não tão jovens) que procuram os cursos de licenciatura vêm de famílias de baixa renda e, conseqüentemente, de uma escola básica concluída aos trancos e barrancos. Por isso, não se sentem qualificados para pleitear vagas de universidades públicas em cursos considerados nobres, como: medicina, advocacia, engenharias etc., disputadas principalmente por aqueles que estudam em boas escolas da rede privada e cujas famílias podem investir boa parte de sua renda na educação dos filhos. Bem, se o perfil da clientela dos cursos de licenciatura é esse, temos de insistir que, não importa como nosso aluno chega, ele só pode sair com o *título de professor* se muito bem formado. Só assim a gente pode quebrar o círculo vicioso da educação pública – alunos mal preparados pela escola básica pública buscando cursos de licenciatura que os devolvem, como professores, mal formados à escola básica, perpetuando, assim, o círculo do desastre educacional.

Só vamos mudar essa história, quando o governo entender que as licenciaturas é que devem ser tratadas como “os cursos nobres da universidade”, afinal ninguém, principalmente os filhos da escola pública, chega à medicina, ao direito ou às engenharias sem bons professores na escola básica. E, se o enobrecimento do professor passa pela formação responsável e consistente, ele passa, em primeiro lugar, pela sua valorização profissional. Essa mudança de mentalidade não é simples, mas não vamos deixar de apostar e acreditar que ela possa acontecer num futuro não tão distante...

Entrevista recebida em 07/10/2013.
Aceita para publicação em 05/11/2013.

Dánie Marcelo de Jesus

Doutor pela Universidade Católica de São Paulo. É docente do curso de Letras/Inglês e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Vice-cordenador do GT Linguagem e Tecnologia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística no biênio de 2014 a 2016. Secretário da Associação Brasileira de Linguística Aplicada. Atualmente desenvolve uma pesquisa de estágio Pós-doutoral na Universidade de São Paulo.

E-mail: daniepuc@gmail.com